



A atuação do professor de educação física na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica dos gestores municipais de educação de Ivaiporã, PR

The performance of the physical education teacher in early childhood education and in the early years of elementary school from the perspective of municipal education managers in Ivaiporã, PR

Andréia Paula Basei

Doutora em Educação

Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí – UEM/CRV

Ivaiporã, Paraná – Brasil.

andreibasei@yahoo.com.br

Enzo Berbery Orlandi

Graduando em Licenciatura em Educação Física

Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí – UEM/CRV

Ivaiporã, Paraná – Brasil.

Resumo: Esta pesquisa, qualitativa e descritiva, objetivou identificar os municípios do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, PR, em que a educação física na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas é trabalhada por professores com formação na área e, analisar as concepções dos gestores sobre a importância do componente curricular e do professor com formação específica. Participaram de uma entrevista semiestruturada dez gestores municipais de educação. Os dados foram categorizados e analisados com base na análise de conteúdo. Evidenciou-se que a maioria dos professores que ministram as aulas não possui formação na área específica e, naqueles municípios em que há professores da área, notou-se um quantitativo insuficiente para atender as demandas. Conclui-se que é necessário garantir o acesso à educação física de qualidade em todos os níveis da educação básica e que, os gestores possuem responsabilidades na articulação de políticas educacionais para valorização docente.

Palavras chave: educação física escolar; atuação profissional; gestão educacional; educação básica.

Abstract: This qualitative and descriptive research aimed to identify the municipalities the Regional Education Center of Ivaiporã, PR, in which physical education in early childhood education and early years of elementary education in public schools is worked on by teachers with training in the area and, to analyze the managers' conceptions about the importance of the curricular component and of the teacher with specific training. Ten municipal education managers participated in a semi-structured interview. Data were categorized and analyzed based on content analysis. It was evident that most of the teachers who teach the classes do not have training in the specific area and, in those municipalities where there are teachers in the area, an insufficient number was noted to meet the demands. It is concluded that it is necessary to guarantee access to quality physical education at all levels of basic education and that managers have responsibilities in articulating educational policies to value teachers.

Keywords: school physical education; professional performance; educational management; basic education.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

BASEI, Andréia Paula; ORLANDI, Enzo Berbery. A atuação do professor de educação física na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica dos gestores municipais de educação de Ivaiporã, PR. *Dialogia*, São Paulo, n. 45, p. 1-18, e23475, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/45.2023.23475>

American Psychological Association (APA)

Basei, A. P., & Orlandi, E. B. (2023, maio/ago.). A atuação do professor de educação física na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica dos gestores municipais de educação de Ivaiporã, PR. *Dialogia*, São Paulo, 45, p. 1-18, e23475. <https://doi.org/10.5585/45.2023.23475>

Introdução

A educação escolar se configura no decorrer dos anos como um setor perpassado permanentemente por inúmeros debates. Este fato se relaciona a sua condição de prática social presente nos diferentes espaços e tempos da construção social. Conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 7) “a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas”.

Em se tratando da educação básica, especificamente, os níveis de ensino educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a educação física é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) como componente curricular obrigatório. Conforme a redação da LDB atualizada, a Lei n. 10.793/2003 dispõe em seu Art. 26 § 3º “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”. Entretanto, o reconhecimento como componente curricular obrigatório não assegura que as práticas pedagógicas nestes níveis de ensino sejam ministradas por professores com formação específica na área de licenciatura em educação física, com conhecimentos aprofundados para garantir a qualidade do processo pedagógico.

Considerando a complexidade do trabalho pedagógico, a formação dos professores que atuam na educação básica é um dos elementos determinantes para a qualidade educacional. No que se refere a estes aspectos, e especificamente a atuação na educação infantil e anos iniciais, a Lei n. 13.415/2017 estabelece:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2017).

O fato da referida lei federal não possuir determinações sobre a especificidade da formação em licenciatura em educação física para trabalhar com o componente curricular nestes níveis de ensino, tem gerado inúmeros debates e pesquisas, tanto entre os pesquisadores da área da pedagogia quanto da área da educação física, dado que, em sua maioria são estes os professores responsáveis pelas aulas no contexto escolar.

Inúmeros estudos sobre a atuação dos professores regentes, também denominados unidocentes, em sua maioria com formação em magistério e/ou pedagogia (KRUG, 2018; DALLA NORA, SAWITZKI, 2014; FERREIRA, TORRES, 2013; HESS, TOLEDO, 2016;

VIEIRA et al, 2020) apontam que esses professores não se sentem preparados, sentem-se inseguros para desenvolver os conteúdos específicos da educação física e não possuem conhecimentos aprofundados sobre esta área. As pesquisas apontam, também, que os professores reconhecem a fragilidade da formação inicial em pedagogia e/ou magistério no que se refere às especificidades do componente curricular da educação física associadas às dificuldades apresentadas com relação ao planejamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas em inúmeros aspectos, tais como: definição de objetivos, conteúdos, estratégias metodológicas e processos avaliativos.

Estas constatações vão de encontro a Lei n. 12.014/2009 quando determina:

Art. 61. Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; [...] (BRASIL, 2009).

Entende-se que essa questão influencia diretamente na qualidade da educação, tendo em vista que envolve “a relação entre os recursos materiais e humanos, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças, etc” (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007, p.9). Corroborar com este entendimento Soares (2009, p. 18), ao afirmar que a qualidade educacional,

[...] tem como valor fundamental a garantia dos direitos de aprendizagem de seus alunos, dispõe de infraestrutura necessária, ensina o que é relevante e pertinente através de processos aceitos pela comunidade escolar e pela sociedade servida. Seus professores e funcionários e os pais dos alunos estão satisfeitos e os alunos mostram, através de formas objetivas, que aprenderam o que deles se esperava.

A ausência do professor da área da educação física, pode ser justificada a partir do entendimento de que “o papel atribuído ao ensino tem priorizado as capacidades cognitivas, mas nem todas, e sim aquelas que se tem considerado mais relevantes e que, como sabemos, correspondem à aprendizagem das disciplinas ou matérias tradicionais” (ZABALA, 1998, p.28). Entretanto, este entendimento possui consequências no que refere ao sentido e significado atribuídos à educação, pois,

Educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas. Quando se tenta potencializar certo tipo de capacidades cognitivas, ao mesmo tempo se está influenciando nas demais capacidades, mesmo que negativamente. A capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vive, e as instituições educacionais são um dos lugares preferenciais, nesta época, para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais (ZABALA, 1998, p. 28).

A partir dessas premissas, a educação física escolar, desenvolvida por professores com conhecimentos aprofundados na área tem um papel de extrema importância no desenvolvimento integral dos alunos, abrangendo os aspectos: físico, motor, social, afetivo e cultural. Conforme proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p. 209), a educação física escolar “tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história”. Entende-se que,

[...] cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento (BRASIL, 2018, p. 210).

Assim, entende-se que os municípios devem primar pela formação e qualificação dos professores que atuam na educação básica, bem como pela contratação daqueles que possuem a formação mais adequada e compatível com a área do conhecimento e função que irão desempenhar. Considerando o papel dos gestores municipais do setor educacional frente as suas responsabilidades na “[...] organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem [...]” (LÜCK, 2009, p. 22) as perspectivas adotadas e concepções destes agentes podem influenciar as decisões tomadas pelo órgão público quanto à formação dos profissionais contratados para atuar na educação básica.

Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi identificar os municípios de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, PR, em que a educação física na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas é trabalhada por professores com formação específica na área, bem como, analisar as concepções dos gestores sobre a importância deste componente curricular e do professor com formação específica.

Metodologia

A metodologia proposta fundamentou-se na abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Os participantes, selecionados de forma intencional, foram os gestores municipais das Secretarias/Departamentos de Educação dos 14 municípios da área de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, PR. Quanto aos participantes, no contato inicial para apresentação da pesquisa e solicitação da autorização para a sua realização obtivemos a adesão dos 14 gestores selecionados. Entretanto, em contatos posteriores, participaram da pesquisa, efetivamente, 10 gestores. Sendo que, os quatro gestores que não participaram foram nomeados para o cargo substituindo o gestor que havia aceitado participar da pesquisa.

A produção das informações da pesquisa ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de março de 2022 e junho de 2022. As entrevistas foram registradas por meio da plataforma digital de áudio e vídeo – Google Meet, posteriormente, foram transcritas na íntegra e analisadas. Os dados coletados foram categorizados e analisados de acordo com o método de análise de conteúdo, o qual é entendido como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações", que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo das mensagens, e possui como etapas anunciadas: pré-análise, análise do material (codificação e categorização da informação), tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

No que se refere aos procedimentos éticos, a pesquisa foi submetida ao comitê de ética em pesquisa, obtendo parecer favorável a sua realização e todos os cuidados éticos foram seguidos nas etapas da pesquisa (coleta, interpretação, análise e publicização das informações produzidas), preservando a identidade dos participantes.

Apresentação dos resultados

Identificação dos municípios que possuem professores com formação na área atuando

Os dados apresentados no quadro abaixo mostram que a região da abrangência da pesquisa pode ser caracterizada pela presença de municípios de pequeno porte, isto é, com população inferior a 50 mil habitantes (IBGE, 2010). Vale destacar, ainda, com relação ao número de escolas de educação infantil e anos iniciais que, para a educação infantil foram consideradas apenas pré-escolas (excluindo as creches), e muitas escolas oferecem os dois níveis de ensino (EI e AIEF), outras, porém, apenas um dos níveis de ensino.

Quadro 1 – Caracterização dos municípios e professores de EdF atuantes

Município	População	N escolas educ. infantil	N escolas anos iniciais	Profs. EdF na educ. infantil	Profs. EdF anos iniciais
Município 1	3.561	1	1	01	01
Município 2	2.453	2	2	00	00
Município 3	16.655	3	3	00	01
Município 4	3.337	4	4	00	01
Município 5	12.324	5	5	00	00
Município 6	5.160	6	6	00	02
Município 7	13.169	7	7	00	00
Município 8	3.898	8	8	01	02
Município 9	5.588	9	9	00	01
Município 10	10.167	10	10	07	07

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2022.

Cabe pontuar que a maioria das escolas possui até 50 matrículas (n=44), seguida por escolas com até 200 matrículas (n=39) e, em menor número as escolas que possuem entre 201 a 500 alunos matriculados (n=23). Cabe pontuar que entre as escolas, especialmente as que estão localizadas em áreas rurais, com um pequeno número de matrículas, encontram-se casos de escolas multisseriadas.

Conforme dados apresentados nos quadros, evidencia-se um reduzido número de professores com formação em educação física atuando nos municípios. Os gestores dos municípios que possuem o professor, também consideram o total de professores nas respostas, uma vez que, muitos docentes exercem atividades em ambos os níveis. Quando observados separadamente cada um dos níveis de ensino, é nítida a disparidade de docentes entre a EI e AIEF.

Tal disparidade pode ser influenciada, ainda, por uma visão de currículo fragmentada, em que, a inserção do professor de educação física implica na fragmentação dos tempos e espaços escolares, contrariando as necessidades das crianças que fazem o seu próprio tempo, das brincadeiras que realizam e das interações que estabelecem nesse espaço. Assim, essa visão, acrescida do conhecimento equivocado sobre a disciplina por parte de alguns setores da escola e da sociedade a conduz a um tratamento de disciplina “menos importante” e que está presente na matriz curricular somente para “tapar buracos” na escola” (FONSECA, 2012).

Perspectivas dos gestores sobre a importância da educação física e do professor com formação na área

Com o intuito de compreender a importância do componente curricular educação física atribuída pelos gestores e do professor com formação específica na área para atuar junto a EI e aos AIEF, foram criadas as seguintes categorias temáticas:

valorização/desvalorização da EF frente a outros componentes curriculares; papel e importância do professor de educação física; reivindicações de docentes de outras áreas.

No que se refere à valorização/desvalorização da EF é possível identificar na fala dos gestores que existe uma convicção de valorização por parte da gestão, entretanto, transparece um entendimento da área fundamentado no senso comum ou inconsistente aos objetivos do componente curricular preconizado pelos documentos legais. Para ilustrar, são apresentados os excertos das falas dos entrevistados:

“Aqui, na verdade, eu sempre briguei pela causa. Então, eles [professores] vê a educação física como essencial aqui. Eu, toda reunião, toda formação, eu sempre explico para os professores, converso com eles e eles já notaram a necessidade, entendeu? Eles viram a diferença, que a aula de educação física bem trabalhada, tem resultado lá dentro da sala de aula. Então assim, os professores no nosso município vê com bons olhos. [...] Porque assim, é uma briga que não é de hoje, entendeu? Mas quando eu entrei, não tinha importância nenhuma, sou bem sincero. Os professores aqui achavam que a aula de educação física era recreação, deixar lá, sem intuito nenhum, solta uma bola, pula uma corda, um faz isso, outro faz aquilo. Mas ao longo do tempo a gente vem trabalhando, eles foram vendo que foi dando resultado” (Gestor 1).

“Sim, [...] os professores ainda tem aquela dificuldade de entender a importância da educação física no desenvolvimento da criança, principalmente, no pré-escolar. O que eles veem? Entrou o professor de educação física na sala: ‘Graças a Deus eu vou ter minha hora-atividade’. E o professor, na cabeça deles, vai só fazer uma recreação com o aluno. E o trabalho do professor é muito mais profundo, vai muito mais além, pra trabalhar a coordenação motora, trabalhar lateralidade, espaço. [...] e a gente está trabalhando, tentando trazer capacitações nesse sentido, para os professores entender o quanto é importante a aula de educação física, [...] que não é só para o professor ter hora-atividade, isso é para o desenvolvimento do aluno. Mas eu sinto ainda essa desvalorização, espero que ao longo dos quatro anos a frente ao departamento eu possa mudar um pouco essa percepção dos professores” (Gestor 2).

“Ah, eu acho assim, que dentro da nossa realidade, aqui na escola, os professores, mesmo que eles não sejam da área, eles fazem um bom trabalho, eles são bem esforçados, é assim... como que eu vou te dizer... trabalham igual o professor que tem formação. Então, eu não acho que acaba fazendo com que não tenha uma porcentagem alta na aprendizagem, com relação a isso, eu acho bem tranquilo” (Gestor 3).

“No Estado são duas aulas de educação física, duas aulas de 50 minutos. E as nossas crianças de primeira à quarta, como a gente tem também a aula de literatura, a educação física ainda não consta na nossa grade. Ela não faz parte da nossa grade curricular que vem aprovada pelo núcleo e a secretaria de educação. Então, eu penso assim que uma hora [...] como o nosso é hora relógio, eu acredito que essa uma hora dá para o professor fazer um bom trabalho dentro de uma hora. Mesmo porque, é aquilo que eu estou te falando, ela não consta ainda na nossa grade, nós que solicitamos. Porque a gente tem uma clientela assim, de meninos que adoram bola, vôlei, entendeu?” (Gestor 4).

“Sim, por mais que seja uma disciplina que os alunos gostam muito e que, às vezes, o professor só com habilitação de pedagogia tenta dar o melhor dele, não é o esse o caminho, ele não está habilitado para aquilo. [...] tem que ser o habilitado, tem que ser aquele que estudou para aquilo” (Gestor 5).

“Eu acho que para nós, da educação infantil e fundamental, é o suficiente, porque eles [professores de educação física] conseguem desenvolver a parte deles e os professores regentes conseguem dar sequência nas atividades para alfabetização, no caso” (Gestor 6).

“Eu acredito que não. Eu acredito que os municípios tão tentando se adequar, não que eu não ache importante, é que antes não existia né, essa obrigatoriedade, essas questões de grade e hoje tá mudando essa visão. Eu acredito que não é uma desvalorização do profissional, é que tá tendo que ter ajustes aí em relação a concursos, a abrir vagas pra essa finalidade. Mas eu acredito que está tendo sim a valorização do profissional, tanto que, o que a gente tem hoje, é bem valorizado né, e a gente percebe o quão positivo é a participação dele nas escolas” (Gestor 7).

“Eu penso que sim [existe uma desvalorização], eu vejo que arte, educação física, ensino religioso ficam como, vamos dizer, componentes secundários. Então a gente ainda tem essa cultura de valorizar muito a língua portuguesa, a matemática e tudo que vem, aí vem como componentes que são secundários mesmo, como se nesse processo eles não fossem tão importantes quanto. E isso, eu acho que é cultural mesmo, vem assim, desde sempre. Até mesmo, talvez, quando a gente pensa em conteúdos básicos falta entender que, por exemplo, a criança tem um desenvolvimento psicomotor que vai influenciar no processo de alfabetização, então eu acho que falta essa visão” (Gestor 10).

Uma análise das falas aponta para o fato que a educação física trabalhada por professores regentes não encontra sua legitimidade, ainda que, parece inegável o reconhecimento de sua presença.

Essa constatação na pesquisa, tem relação com os apontamentos de Goodson (2008), quando afirma que podemos perceber que a valorização de alguns componentes curriculares, em detrimento de outros, reflete as lutas que essas disciplinas enfrentam para se legitimar no currículo escolar. Para o autor, aquilo que é considerado “adequado” ou “inadequado” é resultado das relações de poder que cada aspecto curricular tem em contextos específicos. Portanto, o entendimento da educação física como uma disciplina “menos importante” no cotidiano escolar é fruto de construção social.

Dentre outros aspectos, essa percepção está relacionada, conforme Silva Filho e Pereira (2012) pelo fato de que a educação física trabalhada por professores regentes não apresenta uma organização da disciplina na medida em que a frequência semanal e a duração das aulas não são padronizadas e o principal conteúdo usado é a recreação.

A segunda categoria originada das entrevistas com os gestores trata do papel do professor de educação física. O gestor escolar, enquanto um agente fundamental na formação da cultura escolar, estimulador do seu desenvolvimento exerce uma função importante na valorização dos profissionais/professores que atuam na escola, logo, a percepção destes, pode influenciar na percepção de toda a comunidade escolar sobre o papel do professor de educação física. Ademais, o gestor educacional não pode limitar-se a parte administrativa e financeira, sendo necessário, atuar com toda a equipe gestora, pedagógica e docente observando as particularidades dos diversos setores que a compõe. Dentre estes, destaca-se o entendimento das questões pedagógicas relacionadas aos conhecimentos que compõe o currículo escolar. A referência não é a de que o gestor deve dominar todas as áreas

do conhecimento, mas para que conheça e compreenda a importância de cada uma delas no currículo escolar e no processo educacional como um todo. Sendo assim, nos trechos das falas abaixo observa-se o entendimento dos gestores:

“educação física tem que ser obrigatoriedade nesses anos, [...]. A necessidade maior na educação física, que eu vejo, é nos anos iniciais, no desenvolvimento da criança, não adianta pegar a criança lá no sexto ano. [...] O professor que tem o conhecimento, que é formado na área, a aula dele é mais prazerosa. Ele tem conhecimento, ele tem o domínio da turma, ele sabe o objetivo que ele quer no final da aula. Ele sabe o método que ele vai trabalhar, faz essa ligação com o professor da sala” (Gestor 1).

“a gente percebe o quanto é importante o professor de educação física em sala de aula no ensino fundamental e mesmo na educação infantil pra trabalhar a socialização com as nossas crianças. Envolver a dança, enfim... porque todo professor pode faltar na escola, mas o professor de educação física, de maneira alguma pode faltar. [...] isso para eles [alunos], conta muito, eu vejo assim que é um sair daquele cotidiano dele, que cansa, ficar o tempo todo com as atividades escolares. Esse é o momento da criança extravasar, da criança jogar pra fora, eles vão numa alegria pra educação física e volta querendo mais. Então eu acho importantíssimo, principalmente abordando a socialização entre as nossas crianças, a parte rítmica, do alongamento, de tudo...” (Gestor 4).

“Olha, eu acho bem interessante, que depende muito de cada professor, do desenvolvimento de cada um. [...] eles participam de gincanas, de jogos escolares, então eles tem esse diferencial, [...] consegue fazer atividades diferenciadas [...]” (Gestor 6).

“Eu acho que tem suma importância, até em relação aos conteúdos específicos mesmo, a questão nutricional que ele trabalha também, a questão da criança tá em contato com os esportes, já sabendo desde pequeno qual a importância desses esportes, de tá vendo a qualidade de vida, esse professor já vai passando pra essa criança a importância. [...] aprender a gostar dos esportes também, da prática de atividades físicas, eu acredito que é muito importante, e até na educação infantil em questão da ludicidade, da motricidade da criança também, é de suma importância que haja esse professor” (Gestor 7).

“Olha, na educação infantil eu vejo como essencial, as crianças estão ali em plena fase de desenvolvimento, são aspectos que, as vezes, se não superar algumas dificuldades ali, naquela fase elas vão acarretar dificuldades pelo resto da vida na verdade. Tem muitos alunos, por exemplo, que não conseguem tirar uma carteira de motorista porque não conseguiu trabalhar aspectos psicomotores lá atrás” (Gestor 9).

“Eu penso que a contratação desses profissionais, a inserção desses profissionais, um olhar mais apurado pra educação física e eu acho que mais especificamente ali na educação infantil pra psicomotricidade vai conseguir agregar muito e trazer melhores resultados no processo de alfabetização das crianças” (Gestor 10).

De maneira geral, percebe-se que os gestores tem o entendimento de que o professor de educação física tem um papel importante nestes níveis de ensino. Todavia, em algumas falas parecem indicar a percepção de que a área é apenas uma ponte para o aprendizado das demais disciplinas. É notável nas falas dos gestores 4 e 6 um entendimento, em certo modo, reducionista da educação física que vai ao encontro das discussões de González e Fraga (2012, p. 39) quando afirmam que os gestores ainda entende a educação física como um tempo para os alunos extravasarem as energias acumuladas na imobilidade das salas de aula,

tal como o “banho de sol na prisão”, ou um lugar de preparo da motricidade estudantil para melhor assimilação em sala de aula dos conteúdos das disciplinas mais “sérias” (GONZÁLEZ; FRAGA, 2012, p. 39).

Por outro lado, as falas dos gestores 1 e 7, vão na direção dos apontamento de Pereira, Nista-Piccolo e Santos (2009, p. 345), de que a educação física não deve ser qualquer movimento corporal humano ou atividade física, e sim um movimento com intenções e significados pedagógicos que consigam transcender o “fazer pelo fazer”, com vistas à compreensão e reflexão sobre como, por que, para que e quando fazer.

Ressalta-se, ainda, em acordo com Silva (2001 apud FARIAS, 2006, p. 51) que:

A importância do papel do professor de Educação Física, que não pode ser reduzido ao mero treino em habilidades práticas, mas envolve a educação de uma nova classe de intelectuais, fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, quando nos referimos ao intelectual/professor de Educação Física, queremos nos referir a sua sociedade como intelectual. [...] O intelectual é aquele que faz novas descobertas e tenta difundir-las após a sua análise crítica. A atitude crítica e o apontamento de soluções viáveis frente aos problemas fazem parte da personalidade do intelectual.

Sendo assim, embora seja perceptível nas falas o reconhecimento da importância da educação física na formação das crianças,

O reconhecimento destes profissionais parece estar mais ligado a fatores extraclasse do que às aprendizagens específicas oportunizadas na disciplina. Os conhecimentos tematizados (ou não) nas aulas de Educação Física parecem ser invisíveis ao olhar dos gestores escolares (GONZÁLEZ, et al, 2013, p. 13).

Conforme destaca Luck (2005), é fundamental que o gestor escolar tenha:

[...] compreensão dos fundamentos e bases da ação educacional; compreensão da relação entre ações pedagógicas e seus resultados na aprendizagem e formação dos alunos; conhecimento sobre organização do currículo e articulação entre seus componentes e processos; habilidade de mobilização da equipe escolar para a promoção dos objetivos educacionais da escola; habilidade de orientação e feedback ao trabalho pedagógico (LÜCK, 2005, p.85).

Considerando a dificuldade em definir o papel do professor de educação física, observa-se que todos os gestores dos municípios que não possuem professores com formação na área atuando também consideram importante a inserção destes professores.

“Deveria ser obrigado por uma lei estadual [...]. Eu sou secretário, mas sou formado na educação física, levo muito a sério a educação física, não deixo deixar sem essa disciplina da aula de educação física” (Gestor 1).

“O grande problema que eu vejo não só para o professor de educação física, mas para os, eu falo assim, pra todos os meus professores, o que nos atrapalha é a questão salarial. Não é nada atrativo, não é nada atrativo” (Gestor 2).

“Eu vejo ele como parte primordial [...] educação infantil é movimento. Educação infantil é corpo. É difícil trabalhar em separado, tudo aquilo que envolve, tudo aquilo que você vai fazer na educação infantil, exige algo do corpo. Já no fundamental, se torna um pouco menor essa demanda, mas até os professores que possuem só pedagogia e, as vezes, acabam pegando essa disciplina, tem muitos que tem dificuldade, porque eles não gostam, não praticam nenhum exercício, e aí como que eu vou passar uma coisa que eu também não, não me identifico” (Gestor 5).

“Sim, na verdade assim, como eu disse, como a gente vem dessa cultura, ainda precisa superar muita coisa, mas graças a Deus nos últimos anos, tem havido essa preocupação, de que há essa necessidade, de que isso causa impactos em todo o processo educacional e nós temos previsão de um concurso público e, dentro desse concurso já está previsto um número de professores de educação física específico para os anos iniciais e pré-escola. Nesse período que eu estou aqui na secretaria, como eu já atuei como coordenadora dos CMEIs a gente já tem essa preocupação a muito tempo, e a gente tem buscado também algumas parcerias, até formação mesmo para os professores pra trabalhar de alguma forma mais específica a psicomotricidade, talvez ainda não como um profissional especializado, um professor de educação física, mas que já consiga a começar desenvolver ali alguma coisa mais voltada nesse sentido” (Gestor 9).

Os relatos dos gestores evidenciam o desejo de concretizar as políticas públicas defendidas nacionalmente, mas esbarram, ora em questões burocráticas e administrativas, ora em questões pedagógicas e de formação e qualificação dos professores que atuam com as crianças nas escolas.

Conforme Pereira, Nista-Piccolo e Santos (2009, p. 344) a questão de “sentir-se preparado” não se refere apenas à autoconfiança do docente em relação às possíveis dificuldades para ministrar um componente curricular que foge às suas habilidades pedagógicas, mas à própria competência para esse exercício, que abarcaria os conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, seus interesses e necessidades, a compreensão da função e importância da educação física, não apenas para essas crianças, mas para todo o âmbito escolar, e a mobilização desses conhecimentos em ações pedagógicas durante as aulas.

Paro (2013, p. 5), ao tratar da questão de recursos voltados ao ensino público ressalta:

[...] os problemas que afligem a educação nacional têm sua origem, fundamentalmente, não na falta de esforços ou na incompetência administrativa de nossos trabalhadores da educação de todos os níveis, mas no descaso do Estado no provimento de recursos de toda ordem que possam viabilizar um ensino escolar com um mínimo de qualidade.

As características observadas nas falas dos gestores, podem ser analisadas partindo das proposições de González et al (2013, p. 13) como reflexos de “uma cultura escolar que tem expectativas muito limitadas em relação à Educação Física e daquilo que os professores podem ensinar em suas aulas”, tendo em vista que, conforme o autor, uma grande parte da comunidade escolar não espera muito das aprendizagens oportunizadas pela disciplina.

A terceira categoria analisada refere-se às reivindicações de professores de outras áreas sobre a necessidade de professores com formação em educação física.

“Na verdade. Quando eu entrei, eles não tinham aquela visão da aula de educação física. Depois se conseguiu ver a importância. E hoje eles [professores regentes] falam da importância, entendeu? Uma noção básica eles têm, mas assim, nada parecido como um professor formado na área mesmo, mas a necessidade hoje deles eles falam: ‘não, tem que ser formado na área!’, pedagogo mesmo, a equipe aqui eles falando, faz o possível mas o professor formado mesmo, o conhecimento, a gente não se compara” (Gestor 1).

“Eles reivindicam o tempo inteiro. O tempo inteiro eu recebo aqui, recebo eles aqui na minha sala, através de ofício, memorando, reunião com o prefeito, reunião com o Ministério Público, Ministério Público fica ali no nosso pé, o tempo inteiro. [...] Tem que cobrar mesmo é função nossa de gestor, de administração estar correndo atrás do prejuízo que alguns gestores, lá atrás, não tiveram esse olhar. Então eu falo que sempre fica a bomba, sempre estoura na mão de alguém, e sempre fica ali alguma coisa que poderia ter ser resolvido lá atrás. E a gente está correndo atrás desse prejuízo. Mas assim, na escola que eu trabalhei, da equipe pedagógica e eu enquanto pedagoga estava lá, sempre foi cobrado pelas diretoras, pela equipe pedagógica por motivo do desenvolvimento da criança, se nota muito, é gritante, você vê a diferença, é muito grande a diferença” (Gestor 2).

“Então assim, eles não falam, eles não pedem. Assim, eu enquanto professora, eu nunca vi, mas eu como professora tinha o dia da semana que era a educação física, tá entendendo? Então assim, varia de cada profissional. [...] Então assim, é aquele negócio, faz a diferença um professor? Claro que faz! É outra coisa, mas geralmente assim, os professores, eles tentam fazer aquele dia da educação física” (Gestor 3).

“Com certeza, com certeza. Tanto do infantil como do fundamental. Eles alegam o que eu mais ou menos falei, de não ter a formação para aquilo, não saber se está fazendo o alongamento certo, não saber se está fazendo, o jogo, às vezes, é mais fácil, o jogo no sentido do brincar, né? Às vezes é mais fácil, do que, é aquela regra, você vai colocar e vão fazer. Mas quando quer se trabalhar alguma coisa diferente, nós temos um viés na apostila que ele fala do ioga, que ele vai falando de vários esportes e o professor não está habilitado para aquilo e ele vai precisar estudar e, às vezes, só teoria não é o que, ele precisa de um de um outro professor a frente pra dizer pra ele ó é assim que faz. Só ler não vai adiantar. E não vem de agora não. Vem de reclamações ou pedidos, vamos dizer assim, desde é, eu mesmo sou uma, desde quando estava em sala de aula. Na educação infantil, eu venho da educação infantil. Então é de tempos que a gente vem pedindo, assim que tivesse algo, tanto da educação física como também, é da literatura, ter um professor formado pra parte de teatro, dança, artes. Mas da educação física em si, do professor habilitado é um pedido constante” (Gestor 5).

“Solicita, só que eles entendem também que tá havendo essa busca, que a gente tá no caminho aí de conseguir, de contratar, de ter... pra que haja esse profissional. Mas eles acham importante sim ter, mas hoje eles entendem que o município não tem a oferta por não ter profissional contratado para isso, o nosso concurso foi feito na época pra 40 horas, então a gente tem 40 horas com o profissional de educação física, mas eles... eles solicitam sim. Até vejo como essas aulas por ser aulas diversas e a gente conseguir aplicar elas em horários específicos por hora/aula, eles ajudam a gente até complementar a hora/atividade dos professores que estão em sala de aula. Pra regularizar os 33%” (Gestor 7).

“Já, já porque assim, na verdade é uma preocupação. É uma preocupação assim, de hoje, conseguir começar a entender a importância da educação física escolar e de entender que elas não tem, que por mais que elas tem boa vontade, elas não tem a formação específica, então por mais que tentem fazer um trabalho voltado pra esse

componente curricular, elas não tem propriedade pra fazer, elas se sentem até frustradas de não conseguir, algumas até se recusam, não eu não vou fazer porque eu não tenho conhecimento pra isso. Então assim, eu vejo que a vinda desse professor vai agregar muito, muito, muito no trabalho como um todo da rede. Porque a gente, enquanto rede, eu vejo que a gente não traz um trabalho específico nem de apoio, muitas vezes, pra esse professor para que ele possa desenvolver, e isso foi, como eu falei, está vindo historicamente e acabou que ficou, então não tem o professor específico, o professor regente deve trabalhar, mas acaba que não tem condições pra isso e fica nisso, é um trabalho que é pouco desenvolvido, não falo que não é desenvolvido porque elas acabam de uma forma ou de outra fazendo, mas não com a qualidade de que deveria ser feito” (Gestor 10).

As falas expressam a reivindicação dos professores regentes ancorada em justificativas legais - como apontado pelo Gestor 2, ao mencionar a cobrança por parte dos professores e do Ministério Público – e, na percepção de que a formação em outras áreas limita os conhecimentos para atuar na área específica da educação física.

É evidenciado nas falas dos gestores a compreensão de que, a ausência de formação específica na área impõe limites para desenvolver práticas pedagógicas de qualidade, isto é, além dos professores não terem conhecimentos aprofundados sobre os conteúdos da área, as práticas ficam prejudicadas porque, conforme Darido (2007, p. 17),

[...] o papel da educação física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas, e o passar conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também, os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais.

Há que se considerar ainda, nessa categoria, os municípios que dispõem de professores com formação em educação física atuando e a aceitação pelos professores regentes.

“Sim, educação física, sim. Artes tem uma rejeição, mas educação física não. Pelas atividades desenvolvidas. Na verdade as atividades de educação física normalmente são atividades, digamos que mais lúdicas, então as crianças gostam, as crianças não reclamam. E se a criança não reclama, se a criança gosta, o pai gosta e os demais profissionais também acabam gostando. Quando há reclamação, tanto de arte, quanto de qualquer outro professor, acaba que ou o pai reclama, ou a criança e isso vai gerando na classe toda, todo mundo vai acompanhando o que está acontecendo” (Gestor 6).

“Nossa, muito, muito. Tanto é que eles fazem assim, conversam, explicam, comenta: “olha, por favor, o dia que você for faltar você avisa”, pra gente tá pegando outra pessoa, porque nós aproveitamos o horário da aula de educação física, para o professor em sala estar fazendo a sua hora atividade. Que os nossos professores tem hora atividade, os 33% que é de lei. Então a gente aproveita, uma aula de literatura e uma aula de educação física para estar complementando ali a hora atividade do professor. Então, se o professor não vai, aí dificulta o trabalho do pedagogo” (Gestor 4).

Nota-se nas falas que, a presença do professor de educação física não reflete a importância dos conteúdos da área para a formação dos alunos, mas, novamente o atendimento a uma exigência legal. De igual modo, na pesquisa realizada por Sousa, Moura e Antunes (2016, p. 382) “apenas a presença de um profissional especializado em EF não é suficiente para influenciar a percepção dos professores polivalentes”, isto porque, as percepções são semelhantes em municípios que dispõe e não dispõe de professores atuando.

Conforme Silva et al (2021, p. 11) recomenda-se garantir o acesso à EF escolar em todos os ciclos da educação básica brasileira, no mínimo três aulas por semana, obrigatórias e de qualidade, ministradas por professores com formação em educação física. Tal meta somente será alcançada se todos os setores que compõem o sistema trabalharem conjuntamente, com atenção especial para políticos e gestores, como principais atores das tomadas de decisão para elaboração de políticas, planos de ação e programas para mudança da realidade.

Neste contexto, os autores acima citados ressaltam que o investimento na educação física escolar, por meio da atuação dos gestores e políticos, pode ser o melhor caminho para promover benefícios imediatos na saúde da criança e do adolescente, e contribuir para uma mudança de paradigma e de cultura das gerações futuras. Isso acontece porque, na maioria das vezes, a primeira oportunidade teórico-prática de atividade física estruturada que a criança acessa é a EF escolar de modo que conhecer e vivenciar a cultura do movimento corporal e seus benefícios à saúde já na educação infantil, repercutirá em uma sociedade não apenas fisicamente ativa, mas também saudável (SILVA et al., 2021, p. 11).

Considerações finais

O objetivo dessa pesquisa foi identificar os municípios de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, PR, em que a educação física na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas é trabalhada por professores com formação específica na área, bem como, analisar as concepções dos gestores sobre a importância deste componente curricular e do professor com formação específica.

Quanto à atuação de professores de educação física na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental identificou-se um reduzido número de professores com formação específica na área de educação física. Este quantitativo é ainda menor quando considerados apenas aqueles que atuam na educação infantil. Entre os 10 municípios pesquisados, identificou-se que apenas 2 possuem professores que atuam na educação infantil, já nos anos iniciais são 7 municípios com professores atuando. Vale destacar que destes, 4 municípios possuem apenas um professor e 2 municípios com 2 professores para

atender toda a rede de ensino, o que se mostra insuficiente para atender a demanda. Neste caso, existe um número reduzido de aulas, ou até mesmo um sistema de rodízio de aulas entre as turmas e a aula de educação física ocorre apenas uma vez a cada 15 dias.

No que tange aos os fatores influenciadores no processo de gestão para presença ou ausência do professor com formação específica em educação física nos referidos níveis de ensino, os dados evidenciaram aspectos relacionados tanto a gestão da educação e a herança histórica carregada pela educação física para se legitimar no contexto escolar, quanto aqueles relacionados a parte administrativa e orçamentária dos municípios que impedem ou dificultam a contratação de professores com formação em educação física para atender a demanda das escolas.

Embora ainda exista um longo percurso para que a educação física efetivamente faça parte do currículo escolar, as concepções dos gestores sobre a importância da educação física evidenciam que, por um lado, estão caminhando para a valorização da disciplina discutindo sobre a necessidade de inserção deste professor, porém, por outro, ainda verifica-se uma concepção da área muito limitada, ora restrita a aspectos motores, recreação e atividade do tempo livre, ora determinada pela necessidade de possibilitar que o professor regente possa cumprir sua hora atividade e não efetivamente, que o componente curricular possui grande relevância no desenvolvimento e na formação dos alunos.

Tendo em vista que a própria legislação possui uma redação imprecisa sobre o perfil do professor que deve atuar como responsável por essas aulas nesses níveis de ensino e que o município possui certo grau de autonomia para garantir que o professor especialista em educação física desenvolva as aulas é fundamental que os gestores se conscientizem para qualificar a formação na educação básica tendo como uma das ferramentas a legitimação da educação física e a ampla abrangência dos seus conteúdos.

Conclui-se que, embora a inserção e atuação do professor com formação na área não é exigência legal e exista um número reduzido destes atuando nos níveis de ensino estudados, ou, em alguns casos, a ausência destes professores na educação básica municipal, os relatos dos gestores evidenciam o desejo de concretizar as políticas públicas defendidas nacionalmente, mas esbarram, ora em questões burocráticas e administrativas, ora em questões pedagógicas e de formação e qualificação dos professores que atuam com as crianças nas escolas. Por fim, destaca-se a necessidade de disseminar entre gestores e professores concepções sobre a importância e valorização do componente curricular e suas efetivas contribuições na formação das crianças e adolescentes.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003*. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.793.htm. Acesso em: 27 out. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Portal da Legislação, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 15 set. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009*. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm. Acesso em: 15 set. 2022.
- DALLA NORA, D.; SAWITZKI, R. L. A Educação Física nos anos iniciais com professores unidocentes. *Cadernos de Formação RBCE*, p. 68-79, mar. 2014. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2008>. Acesso em: 15 set. 2022.
- DARIDO, S. C. SOUZA JÚNIOR, O. M. *Para ensinar educação física*: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A. *A qualidade da educação*: conceitos e definições. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.
- FARIAS, W. B. de. *Ensinando cidadania através do futebol*: a paixão nacional como ferramenta educacional. São Paulo: Clube de Autores, 2006.
- FERREIRA, H. S.; TORRES, A. L. Educação Física na Educação Infantil e no ensino fundamental na percepção de pedagogos. *Revista FSA*, Teresina, v.10, n.4, out./dez. 2013.
- FONSECA, J. *Educação Física na escola*: transformações necessárias. 2012. 18 f. Produção didático-pedagógica. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uepg_edfis_pdp_josmar_fonseca.pdf. Acesso em: 24 de set. 2022.

GONZALEZ, F. J. et al. O abandono do trabalho docente em aulas de educação física: a invisibilidade do conhecimento disciplinar. *Educación Física y Ciencia*, v. 15, n. 2, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-25612013000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2022.

GONZÁLEZ, F. J.; FRAGA, A. B. *Afazeres da educação física na escola*. planejar, ensinar, partilhar. Erechim/RS: Edelbra, 2012.

GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes; 2008.

HESS, C. M; TOLEDO, E. A atuação do professor de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental: uma abordagem legislativa. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 24, n. 1, pp. 167-178, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18511/rbcm.v24i1.5766>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2022.

KRUG, H. N. A cultura das aulas de Educação Física ministradas por professores unidocentes. *Revista Gestão Universitária*, Belo Horizonte, p. 1-13, set. 2018a. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-cultura-das-aulas-de-educacao-fisica-ministradas-por-professores-unidocentes>. Acesso em: 04 dez. 2022.

LÜCK, H. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba, PR: Positivo, 2009.

LÜCK, H. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Série Cadernos de Gestão. 12ª. Ed. Petrópole, RJ: Vozes, 2005.

ORLANDI, E. B.; BASEI, A. P. A Educação Física na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental nos municípios de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, PR. In: 31 Encontro Anual de Iniciação Científica, 11 Encontro Anual de Iniciação Científica Junior. Universidade Estadual de Maringá, 2022, Maringá. *Anais eletrônicos...* Maringá, 2022, p. 1-4.

PARO, V. H. *Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino*. São Paulo: Ática, 2013.

PEREIRA, R. S.; PICCOLO, V. L. N.; SANTOS, S. A. P. A educação física nas séries da fase inicial do ensino fundamental: olhar do professor polivalente. *Revista da Educação Física/UEM*. Maringá, v. 20, n. 3, p. 343-352, 2009.

SILVA, K. S. et al. Educação física escolar: Guia de Atividade Física para a População Brasileira. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, [S. l.], v. 26, p. 1-18, 2021. DOI: 10.12820/rbafs.26e0219. Disponível em: <https://rbafs.emnuvens.com.br/RBAFS/article/view/14556>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVA FILHO, M.F.; PEREIRA, R.S. Educação Física e professores polivalentes: o caso das escolas públicas municipais de Várzea Grande. *Revista Mackenzie de EF e Esporte*, v. 11, p. 161-187, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/2104/3799>. Acesso em: 01 out. 2022.

SOARES, J. F. Avaliação da qualidade da educação escolar brasileira. In: SCHWARTZMAN, L. F. et al. *O sociólogo e as políticas públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzman*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 215-242.

SOUSA, C. B. de; MOURA, D. L.; ANTUNES, M. M.. A percepção de professores polivalentes regentes do ensino fundamental sobre a educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 38, n. 4, pp. 376-383, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2016.02.001>. Acesso em: 10 out. 2022.

VIEIRA, B. H. et al. Unidocentes teachers perceptions about Physical Education and Pedagogical Residence Program interventions. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. e136932480, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2480>. Acesso em: 24 out. 2022.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.